

Do mundo virtual para o real

Terracap e Secretaria de Ciência e Tecnologia assinam hoje convênio para a implantação do parque tecnológico

» ADRIANA BERNARDES

O registro em cartório do terreno da Cidade Digital sai no fim de setembro. Com ele, a angústia dos empresários do setor de tecnologia da informação e comunicação fica mais próxima do fim. Assim que a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) regularizar a área, o Parque Tecnológico e Digital do Distrito Federal sairá do papel. Outro passo em direção ao início das atividades será dado hoje. A Terracap e a Secretaria de Ciência e Tecnologia assinam convênio em que a secretaria se responsabilizará pela implantação do projeto. A previsão do governo é que 2 mil empresas se instalem na área. O investimento total do projeto poderá chegar a R\$ 7 bilhões, sendo R\$ 1,4 bilhão só na primeira fase.

O convênio que será assinado hoje oficializa a responsabilidade da Secretaria de Ciência e Tecnologia de promover o desenvolvimento e a fiscalização das empresas, e garantir que as metas e objetivos (veja quadro) traçados pelo governo sejam cumpridos. "É um passo importante porque não é só atrair as empresas. Precisamos articular uma série de medidas para garantir a formação de mão de obra, por exemplo", citou Lucas.

Resolvido o registro da área pela Terracap, os gestores do consórcio **Datacenter** — Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal — esperam receber o documento definitivo da área. O Datacenter é a primeira empresa-âncora da Cidade Digital. A licitação para a construção do empreendimento foi publicada em 30 de julho. O gerente executivo do Banco do Brasil e presidente do Consórcio Datacenter, Jesualdo da Silva, espera abrir os envelopes em 31 de agosto. O valor do contrato é de aproximadamente R\$ 1 bilhão. "Ter o Datacenter em Brasília é de extremo interesse do banco. Como âncora do projeto, poderemos contribuir para o desenvolvimento do setor", destacou Silva.

Esta é a segunda vez que o consórcio licita o empreendimento. Segundo Silva, a primeira, em 2007, foi cancelada porque as empresas não apresentaram um modelo de negócio adequado aos limites apurados pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica. "Reestrutura-

Âncora

Datacenter é um centro de processamento de dados de última geração que tem como diferencial a segurança. Para armazenar computadores e processadores, são construídos prédios resistentes, com estrutura em aço e concreto e capaz de resistir a incêndios e grandes intempéries. A edificação também é imune a quedas de energia, e a refrigeração é garantida por um moderno sistema. No caso do datacenter do Banco do Brasil e da Caixa Econômica, o prédio poderá armazenar até 5 mil terabytes.

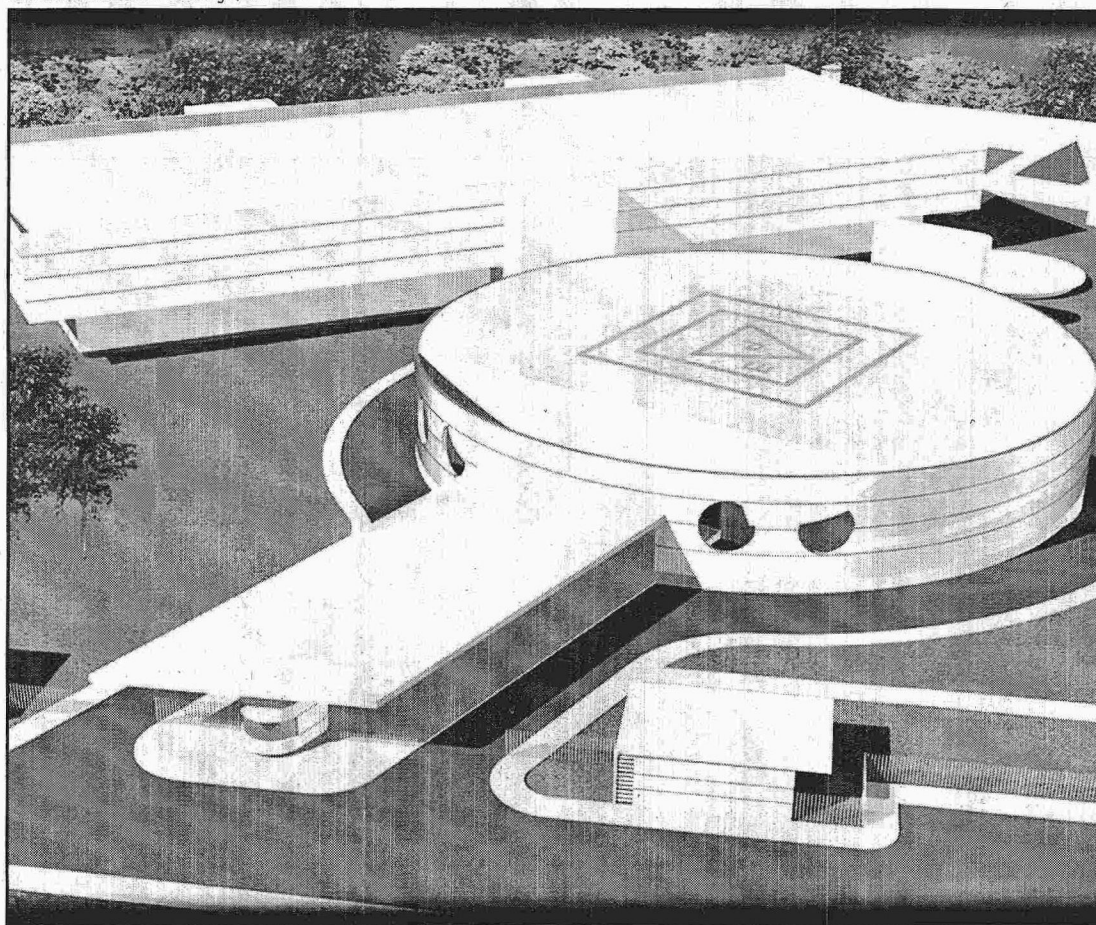
mos o modelo financeiro. Baixamos o prazo do contrato de 25 anos para 15 anos. Tiramos os itens de informática e deixamos apenas o projeto de infra-estrutura predial", explicou. Em 29 de abril último, o Tribunal de Contas da União aprovou o estudo de viabilidade econômica e o Comitê Gestor de Parcerias Público-Privadas Federal (CGP) deu o sinal verde para que nova licitação fosse realizada.

Burocracia

O presidente do Sindicato das Indústrias da Informação e Comunicação do DF (Sinfor), Jeovani Ferreira Salomão, destaca que pelo menos 3% do Produto Interno Bruto de Brasília vem do setor de tecnologia da informação e comunicação. "Só isso já dá uma ideia da transformação que o parque tecnológico vai promover. Quando estiver implantado, podemos multiplicar esse número várias vezes", disse.

Segundo Salomão, o empresário está ansioso. "O modelo de

Secretaria de Ciência e Tecnologia/D.A. Press



Com a implantação da Cidade Digital, o GDF espera criar 80 mil empregos e movimentar R\$ 5 bilhões até 2014

implantação do parque passa por ações governamentais que são burocráticas e lentas. Isso é muito angustiante para quem é da iniciativa privada e toma decisões de investimento num ritmo mais rápido", comparou.

Para o presidente do Sinfor, a concessão — e não a venda dos terrenos — é o melhor modelo para a implantação do parque tecnológico. "Isso é muito diferente de quando cada empresa compra o seu pedaço de terra e fazer da área o que quiser", avaliou.

O gerente de projetos do Parque Tecnológico, Claynor Mazzarolo, disse que as licenças de instalação foram obtidas. Garantiu que, após o registro da área, o GDF iniciará as obras de infraestrutura urbana.

Novos valores

OBJETIVOS

- Tornar a indústria da tecnologia da informação e comunicação do DF uma das mais evoluídas e competitivas do mundo.
- Promover e desenvolver a economia do DF e região por meio da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).
- Atrair investimentos para o parque tecnológico da capital digital.
- Transformar o parque em agente indutor de políticas de TIC e de inovação para o país.
- Estimular a integração entre o setor produtivo, a academia e o governo.

METAS

- Criar 80 mil empregos até 2014, sendo 20 mil diretos e 60 mil indiretos.
- Elevar o faturamento anual do setor de TIC R\$ 2,5 bilhões para R\$ 5 bilhões até 2014.
- Captar R\$ 1 bilhão em investimentos até 2014.
- Atrair cinco laboratórios de pesquisa e desenvolvimento de classe internacional para o parque tecnológico Cidade Digital até 2010.
- Atrair 10 empresas-âncora até 2010.
- Incubar 100 empresas inovadoras de TIC até 2014.

Memória

Avanços e recuos

A implantação do Parque Tecnológico Cidade Digital começou há mais de sete anos. Para tirar o projeto do papel, foi preciso vencer dezenas de obstáculos burocráticos, que quase impediram a construção do complexo. A área de 123 hectares da Cidade Digital fazia parte da poligonal do Parque Nacional de Brasília, a maior reserva ecológica da cidade.

Um projeto de lei para mudar a poligonal do Parque Nacional foi apresentado ao Congresso Nacional. A ideia era aumentar a área da reserva de 30 mil hectares para 42 mil hectares. O terreno da Cidade Digital e os lotes ocupados por alguns chacareiros ficariam fora da poligonal.

Mas o projeto levou dois anos para ser aprovado. Em 9 de março de 2006, o texto foi sancionado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Isso abriu portas para a criação do complexo e a instalação do Datacenter do Banco do Brasil e da Caixa Econômica.

O governo fez o projeto de distribuição de quadras e conjuntos com base na Lei nº 710/95. Mas o Ministério Público do DF e Territórios questionou a legalidade da lei e o caso foi para o Supremo Tribunal Federal. Para superar o impasse e acelerar a implantação da Cidade Digital, a equipe do Governo do Distrito Federal reformulou o projeto e passou a considerar a área como lote único.